

## **Economia Criativa: contextualizações e definições preliminares**

Matheus Islabão Martins<sup>1</sup>  
Márcio Silva Rodrigues<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [matheus.imartins88@gmail.com](mailto:matheus.imartins88@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Santa Catarina – [marciosilvarodrigues@gmail.com](mailto:marciosilvarodrigues@gmail.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente ensaio surge da necessidade de se verificar a evolução do conceito de economia criativa, bem como analisar o processo de legitimação do qual este assunto passou a ser foco nos últimos tempos. De alguns anos para cá, a economia criativa passou a compor a pauta de importantes discussões, tanto na esfera privada quanto na pública. Contudo é nesta última que se percebe a intensificação de ações e políticas visando o estabelecimento de medidas capazes de proporcionar o desenvolvimento econômico e social para as comunidades onde estas ações são implantadas. Desta maneira, surge a necessidade de se aprofundar a análise sobre este tema que possui considerável influência sobre o mercado cultural e as políticas governamentais que o compõem.

A fase inicial em que se encontra esta pesquisa possui como principal objetivo estabelecer uma análise preliminar dos conceitos que envolvem o termo economia criativa, bem como os contextos e agentes que os acompanham.

### **2. METODOLOGIA**

Este trabalho visa estabelecer uma análise de como a economia criativa está fundamentada no nosso país. Para isso, realizou-se um levantamento bibliográfico na intenção de visualizar e delinear as relações existentes neste segmento, assim como a evolução das discussões em torno deste conceito. Desta maneira, buscou-se identificar os principais agentes envolvidos, bem como estudar a forma como eles reconhecem e desenvolvem este conceito. Este mapeamento inicial se justifica, pois fornecerá uma visão geral da forma com que a economia criativa vem se estabelecendo, assim como das principais mudanças que ela traz consigo. Na sua continuidade, se buscará saber como estes atores interagem entre si, bem como, será analisado em detalhes o papel desempenhado por cada um deles. Além disso, será enfatizado o papel dos agentes ligados ao Estado, assim como a maneira que este conceito é percebido pelas instituições federais de ensino e as resistências que se impõem a ele.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O conceito de Economia Criativa é resultante da evolução das discussões a respeito do termo Indústria Cultural. Portanto, de início, existe a necessidade de se elucidar o desenvolvimento deste conceito. Inicialmente, o conceito de Indústria Cultural surge em 1947, na Escola de Frankfurt, através das pesquisas de Adorno e Horkheimer. Já nesta época, Adorno fazia questão de separar o conceito de cultura de massa para indústria cultural. Este autor defendia que a cultura de massa seria a geração de conhecimento popular das massas e para as massas. Ao passo que a indústria cultural reorienta as massas e “impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e decidir conscientemente” (ADORNO, 1987). Seguindo o pensamento destes autores, Machado (2009) complementa que “a produção de cultura na sociedade capitalista obedeceria aos mesmos princípios da produção econômica em geral, isto é, aqueles associados à lógica comercial e, portanto, ao lucro”. A autora ainda complementa que “tudo o que é produzido pela indústria cultural é considerado integralmente mercadoria”.

Já na década de 1990, o governo inglês promoveu uma alteração da estrutura do planejamento cultural, substituindo o termo indústria cultural por indústria criativa. Assim, este conceito recebe uma finalidade mais prática e visível. Isso porque relaciona o tema com o planejamento político e econômico. O modelo inglês, através deste novo conceito, ampliou a gama de atividades abrangidas pelas políticas culturais, passando a contemplar também atividades tipicamente industriais, como o setor de softwares, moda e design. Esta mudança, aparentemente apenas conceitual, gerou uma grande repercussão e foi seguida de muitas críticas. Nestas críticas, o ponto central de convergência é o caráter economicista e neoliberal que o planejamento e as políticas culturais passaram a receber (DE MARCHI, 2013).

Com o passar do tempo, desenvolve-se o conceito de Economia da Cultura, que, de acordo com Machado (2009), tem o objetivo de retirar o aspecto crítico cunhado pelos pensadores de Frankfurt. Além disso, segundo a autora, surge “a necessidade de encontrar uma denominação que dê conta de uma série de atividades não contempladas pelo conceito de indústria cultural”. Esta fase se caracteriza pela redução da importância do setor industrial para o PIB das nações, ao passo que há um evidente crescimento do setor de serviços. Desta forma, se percebe um redirecionamento do foco da produção material para a prestação de serviços (DE MARCHI, 2013).

Outro ponto que merece ser salientado é o fato de o aspecto econômico ser o principal responsável por colocar este tema em destaque (COSTA, 2014). Isso porque, mesmo estando em discussão entre os diversos atores envolvidos há anos, este tópico só recebe um destaque generalizado após a publicação do Relatório da ONU em 2008. Para Costa (2014), a discussão em torno da Economia Criativa surge em um contexto de transição para uma fase pós-industrial do capitalismo.

No ano de 2001, o conceito de Economia Criativa é utilizado pela primeira vez pelo economista John Howkins, e passa a receber maior destaque no cenário mundial a

partir da publicação, em 2008, do primeiro Relatório de Economia Criativa das Nações Unidas (UNCTAD, 2008). Já em 2010, de acordo com o Segundo Relatório de Economia Criativa da ONU (UNCTAD, 2010), o tema é descrito como “um conceito em evolução baseado em ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico”. Este último conceito engloba as indústrias culturais e recebe um caráter muito mais focado em aspectos sócio-culturais, ainda que voltados para a esfera econômica.

Invariavelmente, quando analisamos a evolução deste conceito sob a óptica da academia, notamos que o seu foco de análise parte do estabelecimento do conceito inicial (com o pensamento crítico da Escola de Frankfurt), e se desenvolve apontando as transformações que ocorrem com o tempo, mudanças essas sempre com a perspectiva de tornar o tópico mais atraente para o aspecto social (MACHADO, 2009). A partir daí, este campo recebe contornos de um nicho mercadológico “sustentável”, onde a preocupação, que outrora repousava na reflexão sobre as interações exercidas por um sistema para controlar as massas, passa a se depositar nos aspectos econômicos. Esta visão pode ser evidenciada na conclusão de seu trabalho, onde Bendassoli et al (2008) afirmam que “o conceito de indústrias criativas pode ser visto como uma renovação semântica, criada de forma a neutralizar a visão crítica embutida no conceito de indústrias culturais”.

No que concerne ao posicionamento do Estado quando se aborda a questão cultural, pode-se destacar o papel fundamental que esta instituição desempenha. De acordo com um balanço divulgado pelo IPEA (2006),

a área cultural passou por um significativo esforço de reorganização, adotando programas e mecanismos estáveis de fomento às atividades culturais, embasados em regras e procedimentos públicos e na presença do Estado, garantindo, assim, apoio ao desenvolvimento e à democratização da cultura (IPEA, 2006).

De acordo com De Marchi (2013), a política cultural brasileira adotada a partir do governo Lula passou a receber uma atuação governamental muito mais incisiva. Isso porque, diferentemente do modelo britânico (que está voltado para a produção cultural, com a geração de emprego e renda pelo setor), o modelo brasileiro, por estar inserido em um governo de centro-esquerda, adquire aspectos e contornos sociais. Além disso, este novo modelo de política cultural chama para si (para o Ministério da Cultura) o desempenho de um papel fundamental na política geral do governo petista. Este papel seria o de transformar a cultura em um dos principais instrumentos de execução dos objetivos do plano geral da política governamental.

Como consequência da importância alcançada pelo tema, foi instituída, em 1º de Junho de 2012, a Secretaria da Economia Criativa (SEC), e, de acordo com o site do Ministério da Cultura,

tem como missão conduzir a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micro e pequenos empreendimentos criativos brasileiros. O objetivo é

contribuir para que a cultura se torne um eixo estratégico nas políticas públicas de desenvolvimento do Estado brasileiro (MINC, 2012).

#### **4.CONCLUSÃO**

Através das informações aqui abordadas podemos visualizar o desenvolvimento destes grandes temas – cultura e economia criativa – e os contornos por eles adquiridos e superados. Em relação ao Estado, é possível perceber um efetivo esforço de reorganização, passando de um mero agente regulador para um ente ativo, que estipula objetivos e estratégias e passa a adotar uma postura mais pró-ativa. Para finalizar, este trabalho estabelece o início de uma pesquisa que possui como principal objetivo a construção do cenário da Economia Criativa e suas consequências dentro das políticas culturais na atualidade no nosso país. Por se tratar de uma discussão recente, este campo oferece um enorme espaço, repleto de lacunas à espera de uma maior atenção. Desta maneira, cabe salientar que esta primeira análise se limita a delinear e evidenciar os principais aspectos relativos à cultura e economia criativa e seus contextos. Logo, os resultados inferidos neste estudo são apenas preliminares, fornecendo embasamento e apoio para a continuidade das pesquisas nesta área.

#### **5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ADORNO, Theodor. A indústria cultural. In: Cohn, Gabriel. (org.). Comunicação e indústria cultural. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

BENDASSOLI, Pedro F. et al. Indústrias Criativas: Definição, limites e possibilidades. RAE, São Paulo, v. 49, n. 1, jan/mar. 2009.

COSTA, Rodrigo Cazes. Economia Criativa: uma política pública da economia para a cultura e sua integração na política econômica do Governo Federal. V Seminário Internacional de Políticas Culturais, Rio de Janeiro, 2014.

DE MARCHI, Leonardo. Construindo um conceito neodesenvolvimentista de economia criativa no Brasil: Política cultural na era do novo Minc. In: Revista Novos Olhares, São Paulo, v.2, p. 37-48, 2013.

IPEA. Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise. Brasília, 2006.

MACHADO, Rosi Marques. ALCEU - v. 9 - n.18 - p. 83 a 95 - jan./jun. 2009.

Ministério da Cultura. Brasília, 2012. Disponível em : <  
<http://www.cultura.gov.br/secretaria-da-economia-criativa-sec>>. Acesso em: 09 jul. 2014.

UNCTAD. Relatório de Economia Criativa 2010. São Paulo. 2010.

\_\_\_\_\_. Relatório de Economia Criativa 2008.